
CULTURA E IDENTIDADE

NA EDUCAÇÃO DE JOVENS

E ADULTOS INDÍGENAS*

DOI 10.18224/frag.v30i2.8137

AISSA CAVALCANTE LISBOA**
PATRICIA LESSA SANTOS COSTA***
ANTONIO AMORIM****

Resumo: este trabalho aborda a temática cultura e identidade na educação de jovens e adultos indígenas. As análises estão ancoradas em dois objetivos: analisar as tessituras existentes entre cultura, identidade e EJA no contexto indígena; investigar como a produção teórica contemporânea relaciona a cultura e a identidade no contexto da EJA indígena. Elegemos para investigação a abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica enquanto procedimento metodológico. Observamos nos resultados que a EJA no contexto indígena se constitui enquanto espaço de legitimação dos saberes tradicionais, luta para a garantia de direitos, fortalecimento das identidades, afirmação e preservação das culturas étnicas, colaborando significativamente na construção de projetos futuros e no empoderamento desses sujeitos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos indígenas. Cultura. Identidade.

Este artigo, intitulado Cultura e Identidade na Educação de Jovens e Adultos Indígenas, toma como pressuposto a relevância da Educação de Jovens e Adultos no contexto da educação indígena no que tange à preservação, afirmação e empoderamento das culturas e identidades desses sujeitos.

* Recebido em: 15.03.2020. Aprovado em: 13.09.2020.

** Docente da Universidade do Estado da Bahia e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Mestranda do Programa de Educação de Jovens e Adultos da UNEB, membro do grupo de pesquisa: Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho - INTERGESTO. *E-mail:* alisboa@uneb.com.

*** Doutora, mestre e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação onde atua como docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos. *E-mail:* plessacosta@gmail.com.

**** Doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona-Espanha. Pós-Doutorado em Difusão do Conhecimento pela UFBA. Professor Titular Pleno do Programa de Educação de Jovens e Adultos/ MPEJA pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB. *E-mail:* antonioamorim52@gmail.com

A educação de jovens e adultos indígenas inicia no Brasil em 1534, com a fundação da Companhia de Jesus, protagonizada pelos padres jesuítas, nutria o objetivo de catequizar os sujeitos indígenas, a partir de uma perspectiva castradora, que ensinava a ler e a escrever o que era intencionalmente posto, negando e oprimindo as culturas, os saberes e as identidades desses povos. Os saberes dos povos indígenas integram epistemologias vinculadas à ancestralidade e à natureza, nos cultos sagrados aos encantados, nas técnicas de pesca, pecuária e de cultivo agrícola, nas empreitadas específicas de educar e difundir conhecimentos, habilidades e instruções, através das mais de mil línguas existentes no Brasil antes da colonização.

É nessa perspectiva que Freire (2004) salienta que a função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Ainda, segundo o autor, historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. De acordo com dados do IBGE (2012), de aproximadamente 1.500 línguas existentes durante o período da colonização, apenas 274 línguas indígenas foram registradas no levantamento, dado que evidencia o quanto os saberes, as identidades e as culturas dos povos indígenas foram violentadas.

Corroborando, Baniwa (2006) comenta que a primeira contribuição dos povos indígenas teve início logo após a chegada dos portugueses às terras brasileiras, ensinando a eles tecnologias, estratégias, e modelos sustentáveis de sobrevivência na selva, como lidar com várias situações perigosas nas florestas ou como se orientar nas expedições realizadas.

Teorias contemporâneas situam e contextualizam historicamente o caráter colonizador da educação dos jesuítas (ARAÚJO, 2013, 2010; CARVALHO, 2007; COLLET, 2006; D'ANGELIS, 2012; GRUPIONI, 2008; SAMPAIO, 2006) que, em consequência da exploração comercial, legitimaram a mão de obra dos indígenas nas atividades agrícolas para benefício e enriquecimento da igreja católica e de Portugal. Essa conjuntura foi validada e admitida, atravessando séculos e reverberando no silenciamento das culturas e identidades desses povos.

A Educação de Jovens e Adultos indígena foi marcada, desde seus primórdios, pelo não reconhecimento de suas especificidades culturais e identitárias, e mesmo após a finalização da Companhia de Jesus e seu processo de educação formal, a educação indígena não apresentou mudanças significativas. No Brasil, foi somente no século XX que as políticas públicas relevantes se voltaram para educação de jovens e adultos indígenas, passando a integrar os elementos sociais, culturais, econômicos e as especificidades educativas que eram reivindicadas pelos sujeitos indígenas, entre elas, a ênfase no reconhecimento legal e inclusão social, política e cultural dos povos indígenas.

A educação indígena é uma modalidade de ensino que no âmbito nacional acompanha concomitantemente os avanços, marcos e recuos da EJA, sendo flagrante, o espaço diferenciado dos povos originários e a latente necessidade de emaranhar nas práticas pedagógicas da EJA, a retomada de suas culturas e o fortalecimento das identidades negadas e oprimidas por séculos.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta reflexões acerca da Educação de Jovens e Adultos no contexto dos povos indígenas, tendo como objetivo: analisar como a cultura e a identidade são tecidas na EJA indígena. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico no intuito de identificar como a produção teórica aborda a cultura e a identidade no contexto desta modalidade de ensino indígena.

A relevância desta pesquisa apresenta-se alicerçada na demanda acadêmica e sua especificidade, uma vez que esta é a primeira pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia, que se implica em investigar a modalidade da EJA no contexto indígena, sendo este artigo tessitura de pesquisa deste mestrado profissional. Cabe pontuar, que esse artigo também se justifica no sentido de fomentar e de socializar a produção científica de

temática ainda tão carente, aprofundando o espaço potencial de publicação em educação.

No desenvolvimento da investigação desta pesquisa apresentamos algumas questões que são relacionadas à educação de jovens e adultos indígenas, revelando as temáticas que fazem referência ao histórico desses sujeitos na educação, a exemplo de: saberes, culturas, interculturalidade e identidades. Para tanto, o processo reflexivo estará ancorado nas contribuições científicas de diversos teóricos. Assim, organizamos o presente trabalho nos seguintes tópicos: notas introdutórias, as trilhas do método, tessituras teóricas, o que revela a pesquisa, considerações finais e as referências utilizadas no processo.

Desse modo, enfatizamos as questões que perpassam a ampliação da compreensão acerca das tessituras encontradas entre cultura, identidade e EJA Indígena, revelando a influência da EJA nas vidas desses sujeitos, considerando a análise da contribuição e do empoderamento das comunidades indígenas, ampliando o reconhecimento da pluralidade cultural vivida por esses povos.

AS TRILHAS DO MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa científica emerge do objetivo central que é o de buscar respostas para os problemas e as demandas da realidade. Para tanto, há que se acessar uma pluralidade de abordagens das questões sociais atuais, para se ter uma compreensão melhor sobre o território de atuação dos sujeitos e dos diversos contextos. Em síntese, a pesquisa é uma mescla de ações intencionalmente propostas, para encontrar a solução de um problema, as quais têm por base os procedimentos racionais e sistemáticos, sendo realizada quando verificamos um problema e não temos informações suficientes para compreendê-lo e solucioná-lo (GIL, 2019).

Optamos pela abordagem qualitativa para esta pesquisa, tendo em vista a busca por um caminho reflexivo e exploratório para analisar significativamente o objeto investigado em sua complexidade, elucidando o problema de pesquisa.

Nessa perspectiva, Silva e Menezes (2005, p. 20) defendem que:

A pesquisa qualitativa oferece as condições dinâmicas para compreendermos os contextos e os sujeitos estudados, pois, há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Desta forma, é a investigação qualitativa que mais se aproxima do nosso objeto de estudo sobre a educação indígena. Por isso, foi a partir da multireferencialidade e da perspectiva intercultural que aliamos esta abordagem de investigação com a utilização da pesquisa bibliográfica enquanto dispositivo estratégico, intencionando, “[...] destacar as categorias centrais, os conceitos e as noções usadas pelos diferentes autores” (MINAYO, 2013, p. 98).

Diante dessa compreensão científica, enfatizamos a relevância da pesquisa bibliográfica, uma vez que, possibilita a construção de uma contextualização para o problema e analisa as possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 2004).

Após a definição do percurso metodológico, quanto à abordagem, aos objetivos e ao procedimento adotado, iniciamos a investigação das soluções. Esta etapa foi consolidada por um levantamento bibliográfico e por uma seleção das informações destacadas pelos autores. Em seguida, selecionamos e partimos para a análise explicativa das soluções apresentadas. Finalizamos com a síntese integradora, que resultou na análise e na reflexão das obras e finaliza o processo de investigação. É de suma importância ressaltar que utilizamos para análise dos dados coletados nesta pesquisa as fases definidas por Salvador (1996), que propõe: a investigação das soluções, a análise explicativa e a síntese integradora.

Orientados pelo rigor metodológico, utilizamos como critérios para a coleta das informações desta investigação a seleção da bibliografia a partir de parâmetros temáticos, linguísticos, das fontes e da cronologia. Neste sentido, selecionamos as obras de pressupostos teóricos e epistemológicos que dialogam diretamente ou indiretamente com a temática proposta na discussão desse estudo, pretendendo pormenorizar e encontrar nexos com a temática proposta.

No parâmetro linguístico, delimitamos as obras no idioma português produzidas no Brasil; e em relação às principais fontes e ao parâmetro cronológico de publicação, consultamos artigos científicos publicados em periódicos nacionais nos últimos cinco anos, considerando a relevância da obra a partir do número de citações em pesquisas contemporâneas e a data de publicação, reconhecendo o processo cumulativo de conhecimento e atenção às investigações contemporâneas.

Nessa perspectiva, utilizamos neste estudo, os últimos trabalhos acadêmicos publicados de 2015 até o primeiro semestre de 2019, em bases, revistas, periódicos e repositórios de universidades nacionais, chegando a um quantitativo de vinte e sete trabalhos científicos para leitura, análise e reflexão das informações coletadas. Com auxílio do buscador *Google Acadêmico* aplicamos os critérios apresentados no parágrafo anterior, ordenando por data e utilizando a combinação das palavras: cultura e identidade na educação de jovens e adultos indígenas; EJA indígena; educação de jovens e adultos indígenas; e, pluralidade cultural e identidade na educação indígena.

Seguindo as orientações de Salvador (1996), realizamos as leituras sucessivas do material para obter as informações e/ou dados necessários em cada momento da pesquisa, identificando-as como: a) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico - Momento de incursão em bibliotecas e bases de dados computadorizadas para a localização de obras relacionadas ao tema; b) Leitura exploratória – Momento de leitura dos sumários e resumos das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos na pesquisa; c) Leitura seletiva – Momento de seleção das informações ou dados pertinentes, quando são identificadas e descartadas as informações ou dados secundários; d) Leitura reflexiva ou crítica – É realizada nos textos escolhidos como definitivos e busca responder aos objetivos da pesquisa; e) Leitura interpretativa – é o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as idéias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das idéias do autor, acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador (SALVADOR, 1996).

A *posteriori* realizamos a análise explicativa, fase em que demonstramos a legitimidade das afirmações a partir dos dados obtidos na fase anterior, com os autores pesquisados que embasam e sustentam os resultados de nossa investigação e para finalizar o processo de investigação, realizamos a análise das obras com a síntese integradora.

A etapa da síntese integradora traz em seu núcleo a caracterização do objeto e a elucidação de nosso problema de pesquisa, no intuito de identificar como a produção teórica aborda a cultura

e a identidade no contexto da Educação de jovens e adultos indígenas, usando as publicações que, classificadas como lentes, indicam elementos de análises fundamentais para a compreensão do objeto de estudo investigado.

CULTURAS E IDENTIDADES NA EJA INDÍGENA: TESSITURAS TEÓRICAS

No escopo das faces étnicas, das marcas históricas e dos processos educativos desses povos, reconhece-se a dívida com as historicidades e multiculturalidades colonizadas em processos de negações simbólicas, uma vez que, para os povos indígenas, a escola foi durante séculos um instrumento de opressão (FREIRE, 2004; D'ANGELIS, 2012; GRUPIONI, 2008).

O analfabetismo é, por sua vez, um sintoma histórico, um desafio que se coloca nas facetas das múltiplas desigualdades, dos sujeitos historicamente silenciados e marginalizados e no desenvolvimento social de nosso país. Porém, apenas após os vinte anos de Ditadura militar, entre as décadas de 1980 e 1990, concomitante com o processo de democratização do país que a Educação de Jovens e Adultos – EJA, começou a ser reconhecida e pautada, mesmo que timidamente, nas agendas e políticas públicas. De acordo com Pierro e Haddad (2015, p. 199):

Um dos resultados dramáticos, da combinação entre um mundo mergulhado no neoliberalismo e o avanço do direito à educação, tem sido a frustração diante da constatação de que os esforços por colocar a EJA na agenda dos governos não resultaram em avanços significativos. Tanto no Brasil, quanto no mundo, o número de analfabetos jovens e adultos diminui lentamente e os avanços na escolaridade desse grupo são tímidos. O dilema talvez resida justamente na consequência maior das políticas neoliberais: o aprofundamento das desigualdades sociais, cenário em que os potenciais educandos da EJA não poderiam mesmo ver seus direitos realizados.

Assentada nesse contexto sócio-histórico, a EJA é uma modalidade de ensino fundada no objetivo de oferecer possibilidades de elevação de escolaridade para sujeitos jovens e adultos que, por qualquer motivo, não concluíram o Ensino Fundamental ou o Médio no momento em que eram crianças ou adolescentes (LAFFIN; VIGANO, 2016). Desse modo, compreende-se a relevância dos estudos acerca da EJA no contexto da Educação Escolar Indígena - EEI, uma vez que, caracteriza-se como um instrumento de empoderamento e emancipação desses povos, fomentando protagonismo e articulação vivenciada e significada da relação entre teoria e prática, evidenciando, indicadores qualitativos nos processos formativos, no fortalecimento identitário e na produção de conhecimentos vivos e dinâmicos.

Assim, a EJA para os povos indígenas, pensa e organiza seu currículo tendo em vista que sua identidade se constrói a partir dos sujeitos, que estabelecem vínculos com um modo específico de organização e trabalho, com os saberes e culturas que se produzem no campo e, contudo, sem perder de vista os conhecimentos e a cultura historicamente acumulada na comunidade indígena de um modo geral. Destarte, no bojo de uma Educação que se faz diferenciada, as entrelinhas identitárias e interculturais permeiam leituras e reflexões, tornando-se necessárias a integração dos saberes desses povos.

A pluralidade cultural amplia perspectivas e práticas epistemológicas, ultrapassando o monopólio científico e reconhecendo outras formas de conhecimento. Quando significamos o mundo através de um olhar aprofundado, reconhecemos a complexidade e a heterogeneidade existentes

nas diversas áreas do conhecimento, clarificando o mundo como um emaranhado multicultural (SANTOS; MENEZES, 2010). Porém, o enquadre científico ao longo da modernidade – persistente na contemporaneidade – considerou a perspectiva monocultural, reduzindo todo conhecimento a um único paradigma, descontextualizando o conhecimento e desvalorizando os saberes que não atendiam as exigências desse paradigma epistemológico.

Santos e Meneses (2010) ainda conceituam o condicionante de um único modelo epistemológico como epistemicídio, ou seja, à destruição de algumas formas de saber locais e à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. O epistemicídio formulado por Santos evoca o silenciamento de povos e genocídio culturais, que, em seus devires sócio-históricos, foram colonizados e dominados pelo capitalismo, sempre orientados pela centralidade de uma visão etnocêntrica, que privilegia uma única ontologia, uma única epistemologia, uma ética, um pensamento universal.

É a partir dessa problematização que compreendemos as facetas da Educação Escolar Indígena na conjuntura nacional. Os desejos e as necessidades dos povos indígenas por uma EEI se firmam como demanda progressiva a partir dos avanços legais previstos na Constituição de 1988. Enquanto ação afirmativa de inclusão social, a questão da EEI segue acompanhada de progressos e retrocessos, de assunção de responsabilidade e também de omissões institucionais no que diz respeito à aplicabilidade de políticas públicas que assegurem aos povos indígenas seu direito a alteridade cultural e a uma Educação Específica diferenciada também no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Entre tempos e espaços de aprendizagens compartilhadas com os povos originários, a EJA foi ampliada a esses povos com a perspectiva de atender a uma necessidade da educação básica, contribuindo com a sua inclusão social no âmbito das relações sociopolíticas e culturais da nação brasileira e significando a EEI em seus saberes e fazeres afirmativos e diferenciados também na EJA indígena. Configurando-se desse modo, mecanismo importante na luta, na resistência, no empoderamento e na busca dos direitos dos povos indígenas: na educação, na política como representantes de si mesmos enquanto sujeitos integrantes da sociedade.

Com suporte em Freire e Shor (2019, p. 123), compreende-se o empoderamento concatenado conceitualmente à classe social e parte da ação do sujeito, de um desequilíbrio nas relações de poder; “[...] um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem”. Em suma, ciente do histórico de militância frente às lutas dos povos indígenas e dos movimentos indigenistas, espera-se que a EJA indígena, além de proporcionar o ensino diferenciado e resgate da cultura e identidade, utilize o espaço como fortalecimento e caminho para a emancipação desses povos, utilizando o processo educativo como reafirmação das memórias ancestrais e significação de suas culturas e identidades.

É nesse sentido que a EJA indígena revela as necessidades e as expectativas dos seus povos, valorizando e respeitando as culturas, os modos de vida, as identidades, os valores e seus saberes. Buscando aprofundar nossa compreensão acerca da temática que substancia essa investigação, realizamos uma incursão em bibliotecas, que tem bases informatizadas.

O QUE REVELA A PESQUISA?

Realizamos as buscas através da combinação de palavras já expostas no tópico de procedimentos metodológicos, utilizando o filtro: classificar por data, que apresenta as últimas e mais relevantes obras publicadas. Com essa incursão realizamos a primeira análise com a leitura dos

títulos e dos resumos, filtrando e escolhendo as obras que mais se aproximavam com o objeto de estudo investigado. Desse modo, seguindo a orientação da leitura exploratória e seletiva, foram selecionadas cinco obras, sob critério de aproximação direta com a temática pesquisada. A seguir descreveremos o resultado da incursão e o processo de leitura exploratória e seletiva.

A busca através da combinação: EJA indígena resultou em onze obras encontradas e selecionadas para triagem. Destarte, realizamos a leitura e análise dos resumos, selecionando dois artigos que versam sobre nosso objeto de investigação. Cabe salientar, sobretudo a partir do paradigma da complexidade, que elos e *links* podem ser estabelecidos em todas as obras, porém, pelo desenho metodológico escolhido, selecionamos apenas as obras que trazem em suas discussões a temática investigada do modo direto. Assim, as obras que foram excluídas abordam temáticas secundárias ao objeto pesquisado, versando principalmente sobre: a educação escolar indígena formal; a historicidade da EJA; ao currículo antirracista; as políticas públicas e o perfil dos sujeitos da EJA; a gestão democrática na educação escolar indígena; a educação ambiental e do campo; e, as interfaces entre currículo, EJA e a Lei 10.636, que aborda a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas.

As obras selecionadas a partir desta combinação e do lugar revelado entre a cultura e a identidade na prática da EJA indígena foram: a) Experiência de estágio e docência na educação de jovens e adultos: trabalhando com a temática educação escolar dos povos indígenas de Santa Catarina, da autora: Jéssica Lícia da Assumpção - o artigo faz um panorama sobre as experiências de estágio supervisionado do curso de história da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado na EJA de uma escola de Florianópolis, abordando as trajetórias de vidas dos alunos e professores, a obra detalha a experiência com a EJA dos povos indígenas de Santa Catarina; e, b) Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas, da autora: Maria Alda Tranquelino da Silva - o artigo é um recorte de pesquisa realizada em nível de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, e objetivou conhecer como os professores da etnia potiguara, constroem seus saberes docentes para atuarem na modalidade de educação de jovens e adultos indígenas e identificar como esses saberes são mobilizados em sua prática pedagógica.

A segunda incursão foi com os resultados obtidos na busca através da seguinte combinação de palavras: Cultura e identidade na educação de jovens e adultos indígenas, seguindo o procedimento da leitura exploratória e seletiva, três obras foram encontradas a partir desta combinação de palavras. Após leitura e análise dos resumos destas obras, selecionamos apenas um artigo para integração neste estudo. Percebemos na triagem exploratória e seletiva, que um artigo encontrado nesta busca já havia sido selecionado para investigação, artigo intitulado e já explanado anteriormente: Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas, da autora: Maria Alda Tranquelino da Silva, e a segunda obra também havia sido apresentada em busca anterior, porém, foi descartada, sob justificativa metodológica de selecionarmos recorte com obras que versam em suas discussões a temática investigada de modo diretivo. A saber, a obra que foi excluída aborda temáticas secundárias ao objeto pesquisado, versando sobre a educação escolar formal e o currículo antirracista.

Nesse sentido, a obra selecionada a partir desta combinação de palavras e do espaço de discussão que integra as interfaces entre a cultura e a identidade na prática da EJA indígena: Educação intercultural: história e cultura indígena na escola, das autoras: Deijalsina Gonçalves da Silva; Rita Natalia Batista da Silva; e do autor: Oscar Waraiwe Urebete – o objetivo desta obra foi contribuir com debate e a ressignificação de práticas pedagógicas nas escolas para estabelecer uma relação de respeito e valorização da cultura e dos saberes indígenas com alunos do ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e profissionais da educação que atuam com alunos do povo indígena Xavante.

Através da combinação Pluralidade cultural e identidade na educação indígena, prosseguimos a leitura exploratória e seletiva, assim, três obras foram elencadas pelo buscador. Após leitura e análise dos resumos destas obras, uma obra foi selecionada para análise, pois, percebemos na triagem, que apenas uma delas atendia ao nosso parâmetro metodológico, de elencarmos apenas obras que abordam o nosso objeto de pesquisa. A saber, as obras que foram excluídas abordam respectivamente temáticas secundárias ao objeto pesquisado, versando sobre a educação escolar formal e o papel da gestão na construção de práticas educativas que acolham a pluralidade cultural e identidade diferente dos outros. E o segundo artigo descartado aborda as representações dos povos indígenas do Brasil no livro didático, tratando da educação formal e da legislação vigente.

A obra selecionada a partir desta combinação de palavras está intitulada de Educação na diversidade: a importância do espaço escolar no fortalecimento de identidades étnicas, da autora: Elaine Caldeira e do autor: George L. R. Brito – o artigo apresenta uma breve revisão de literatura e uma análise da conjuntura em que se inserem os povos indígenas Xerente, no município de Tocantínia - TO, refletindo formas de assegurar a construção de uma identidade legitimadora e sobre a importância da escola como um ambiente propício para o fortalecimento de valores, como o respeito à pluralidade cultural, a convivência na diversidade, a inclusão, o combate a intolerância e ao preconceito.

A última incursão foi através da combinação Educação de jovens e adultos indígenas, após a busca no *Google* acadêmico, dez obras foram encontradas para leitura e análise de seus resumos, sendo selecionado apenas um artigo. Mais uma vez, percebemos na triagem exploratória e seletiva, que alguns artigos encontrados nesta busca já haviam sido selecionados para investigação, a saber, exatamente três artigos já haviam sido escolhidos devido a sua aproximação com nossa investigação. Dois artigos encontrados pelo buscador também foram apresentados em busca anterior, porém, foram descartados, sob justificativa metodológica de selecionarmos recorte com obras que versam sobre a temática investigada de modo diretivo.

As obras excluídas abordam temáticas secundárias ao objeto pesquisado, versando sobre as representações dos povos indígenas do Brasil no livro didático, tratando da educação formal e da legislação vigente educação escolar formal e a educação do campo em territórios indígenas. Quatro obras foram descartadas por se distanciarem de nosso objeto de pesquisa, abordando, em sua maioria, a EJA formal em vieses múltiplos sobre legislação, educação inclusiva, EJA e a Lei 10.636 e o uso da ludicidade na EJA. Entre os achados encontrados e disponibilizados pelo buscador, exploramos o periódico da Universidade Federal do Amazonas, é relevante salientar que entre as temáticas com espaço para submissão, encontramos a EJA e a EEI – Educação Escolar Indígena, em espaços distintos, fato que provoca reflexão sobre as produções específicas da EJA no contexto indígena.

A obra selecionada a partir desta combinação de palavras e do lugar entrelaçado entre a cultura e a identidade na prática da EJA indígena, traz em sua narrativa uma reflexão significativa sobre a educação intercultural indígena e está intitulada: Uma experiência com educação intercultural indígena, a obra foi produzida pelos autores: Elison Antonio Paim e Pedro Mülbersted Pereira – através da narrativa de uma indígena, o artigo revela que a educação diferenciada é uma educação que leva em conta tudo o que devemos ter de bom e de qualidade em uma educação para formação de uma pessoa, mas que leva em consideração, principalmente, a cultura desse sujeito, a cultura dos povos indígenas, e cada um conforme as suas especificidades.

Após a leitura exploratória e seletiva das obras que dialogam com nossa investigação, procedemos com a análise integral dos artigos, iniciando o processo de leitura reflexiva e interpretativa, objetivando responder a nossa problematização: como as culturas e as identidades são tecidas na educação de jovens e adultos indígenas. Para iniciarmos essa imersão,

compartilhamos um excerto da obra atemporal do Darcy Ribeiro (2018, p. 20), O povo brasileiro:

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras [do Brasil] poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. As únicas exceções são algumas microetnias tribais que sobreviveram como ilhas, cercadas pela população brasileira.

O excerto exposto retrata a formação identitária e cultural do povo brasileiro e os processos violentos que sofreram os diversos povos originários de nosso país, oprimidos, resistiram, formando o que o antropólogo nomeia de ilhas microétnicas, cujo objetivo primordial era a preservação das múltiplas culturas e de identidades étnicas, seguindo esse caminho de pensamento, seria a EJA indígena uma ilha microétnica contemporânea?

Percebemos em todas as obras analisadas que o processo de educação com os povos indígenas foi desde seu princípio um processo de valorização da cultura do não indígena, de imposição cultural hegemônica. Neste sentido, Paim e Pereira (2019) - através da narrativa da entrevista realizada com a autoridade indígena Joziléia Daniza Kaingang, doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, aponta a educação como um dos lugares em que tivemos os maiores danos aos povos indígenas, especialmente com a inserção da escola e com a obrigação que os povos indígenas tinham de aprender o português e em reconhecer a cultura do não indígena em detrimento da sua.

Refletindo e interpretando as obras elencadas para investigar como as culturas e as identidades são tecidas na educação de jovens e adultos indígenas, percebemos que é sob essa perspectiva que se vincula as demandas e as pautas da educação de jovens e adultos indígenas na contemporaneidade, como salienta Baniwa (2012, p. 71):

A Constituição Federal de 1988 mudou o rumo da política indigenista oficial tutelar e integracionista, incluindo a educação escolar indígena, ao superar a concepção equivocada da incapacidade indígena que fundamentou o princípio jurídico da tutela, por meio do qual, era concedido ao Estado o poder e as responsabilidades de decidir pela vida e o destino dos povos indígenas. A lei é explícita quanto à garantia dos direitos dos povos indígenas ao reconhecer suas culturas, tradições, línguas, organizações sociais, crenças, enfim, o direito de continuarem vivendo segundo suas culturas.

Ou seja, as obras analisadas apontam que o reconhecimento e a afirmação dos múltiplos saberes e da interculturalidade indígena integram o bojo da EJA nesse contexto, precisando estar entrelaçados em todo o processo educativo da EJA indígena, desde as práticas pedagógicas que dialoguem com o cotidiano dos povos indígenas, até ações que estimulam reflexões acerca de temas ligados à saúde indígena, aos direitos desses povos, aos costumes e às tradições, socializadas, principalmente pela prática da oralidade dos anciãos, perpassando gerações. Segundo Nascimento (2012, p. 75), [...] a educação indígena, acontece no cotidiano das aldeias, nas atividades práticas, com os anciões e em diversos espaços e fases da vida. Isto significa a história, a memória e tradição de seu povo.

A obra de Assumpção Nascimento e Lira (2019) menciona o fato de as escolas indígenas possuírem a escolarização de jovens e adultos embasada legalmente desde 1988, com muita resistência e mobilização dos povos indígenas e das organizações que os apoiavam. Foram registrados avanços na educação escolar indígena, garantidos pela Constituição Federal, respeitando-se suas crenças, costumes, línguas e tradições, assegurando a essas comunidades o respeito aos seus próprios processos de aprendizagem.

Nesse sentido, compreendemos que a educação de jovens e adultos no contexto indígena se configura como sendo um espaço de resistência e de luta por direitos, por identidade e pela sobrevivência da cultura destes povos, como salienta Nötzold e Rosa (2012). Assim, o espaço educativo passou a se constituir num meio de acesso à sistematização do saber de conhecimentos tradicionais e ainda pelo espaço de luta e diálogo para a garantia de direitos. É um meio para a revitalização linguística, para o fortalecimento cultural, para a construção de projetos futuros, especialmente para a interlocução com o mundo fora da aldeia.

Da mesma forma, Silva, Urebete e Batista (2019) enfatizam em seu artigo a necessidade de a prática pedagógica docente promover intencionalmente espaços que fomentem reflexões sobre os saberes construídos no cotidiano da escola, a identidade e a tradição indígena dos povos, objetivando estabelecer uma relação de respeito e valorização da cultura e dos saberes indígenas.

Os autores orientam que no desenvolvimento das aulas sejam contemplados aspectos da cultura e da história dos povos indígenas, de modo condizente com a realidade intercultural desses sujeitos, no intuito de reconhecer e valorizar a cultura desse povo para melhor atendê-lo. Silva, Urebete e Batista (2019) concluem que é através da ressignificação das práticas pedagógicas que a educação intercultural deixará de silenciar, discriminar e ocultar a identidade indígena, e se transformará em espaço de liberdade, empoderamento e realização para todos.

Quadro 1: Principais achados e tessituras

Obra/Ano	Autor	Tessituras da cultura na EJA indígena
Experiência de estágio e docência na educação de jovens e adultos: trabalhando com a temática educação escolar dos povos indígenas de Santa Catarina/2019.	Jéssica Lícia da Assumpção	- Aborda a Educação de Jovens e Adultos indígenas enquanto direito educacional que legitima as condições de vida e de trabalho desses povos, respeitando os requisitos de inclusão e valorização das múltiplas identidades, diversidade cultural e inter-relações, garantindo o definido pela Constituição Federal, ou seja, respeitando-se suas crenças, costumes, línguas e tradições; - Assegura que o espaço da EJA indígena se constitui na luta pelos direitos indígenas, por sua identidade, pela sua sobrevivência e da sua cultura.
Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas/2019.	Maria Alda Tranquelino da Silva	- Apresenta que o princípio da EJA indígena é o respeito e a contemplação dos saberes culturais, das suas tradições e de seus conhecimentos; - Revela que a EJA indígena, acontece no cotidiano das aldeias, nas atividades práticas, onde os anciões exercem papel importante na construção dos seus saberes, na formação das futuras gerações, eles são os responsáveis por transmitir ensinamentos alusivos aos costumes e às tradições indígenas, sendo reconhecidos como detentores de um saber cultural, por meio do qual se discutem temas ligados à saúde indígena, aos direitos, aos costumes e às tradições. Esses conteúdos são de extrema importância para fortalecer a cultura e a identidade dos povos.

continua...

Obra/Ano	Autor	Tessituras da cultura na EJA indígena
Educação intercultural: analisando aspectos da realidade docente/2019.	Deijalsina Gonçalves da Silva Rita Natalia Batista da Silva Oscar Waraiwe Urebete	- Apresenta necessidades e desafios pedagógicos da atuação em contextos de interculturalidade, onde a experiência profissional assume grande relevância na hora de disseminar conhecimentos específicos. - Salienta que a educação intercultural envolve diferentes culturas e identidades, acompanhando os processos dinâmicos vividos por diferentes grupos étnicos.
Educação na diversidade: a importância do espaço escolar no fortalecimento de identidades étnicas/2018.	Elaine Caldeira George L. R. Brito	- Estabelece que a educação indígena passou a ser o espaço multicultural para trazer à tona a imperativa reflexão sobre alteridade, identidade, diferença, exclusão, aceitação, espaço fundamental para desvelar discursos pretensamente universais que silenciam e engessam identidades diversificadas e também para desconstruir estereótipos que mascaram a não aceitação da diferença e, por conseguinte, para conquistar a cidadania multicultural; - Assegura que é espaço de integração plena, de potenciação mútua do reconhecimento, de ruptura da homogeneidade e de proliferação da heterogeneidade, é uma das instituições que pode corroborar com a possibilidade de reconhecimento da diferença.
Uma experiência com educação intercultural indígena/2019.	Elison Antonio Paim Pedro Müllbersted Pereira	- Apresenta que a educação diferenciada legitima a cultura dos povos indígenas, cada um conforme as suas especificidades identitárias, que respeite as línguas, as culturas, as tradições desses povos - a educação de jovens e adultos diferenciada é uma necessidade de que se valorizem as tradições desses povos.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2020)

Pelo que observamos, as obras evidenciam a relevância da construção de saberes imprescindíveis para se trabalhar na EJA indígena, partindo do pressuposto de que os processos de aprendizagem significativa nesse contexto, ocorrem a partir das relações do cotidiano da sala de aula, das vivências do povo, do contato com os saberes dos alunos e por meio de trocas de experiências com os anciões. Revela-se desse modo, que entre os povos indígenas se reverencia os idosos, nomeados anciãos, considerados guardiões da memória e da tradição. Assim, cabe a educação de jovens e adultos indígenas valorizar e legitimar os anciões como referências primordiais, abrigos existenciais de saberes interculturais, sendo esse reconhecimento de suma importância no fortalecimento da cultura e da identidade indígena.

Segundo Barcellos (2012, p. 23), na cultura indígena,

[...] quando o ancião fala das suas memórias, ele resgata a memória coletiva; não faz referência a si mesmo, mas aos seus antepassados. Tudo isso são conhecimentos e saberes que foram sendo acumulados na tradição oral e na cultura indígena. Tais ensinamentos fazem parte da história dos indígenas e são acolhidos, trabalhados e valorizados pela educação como forma de manter viva a sua etnicidade e o seu protagonismo indígena. [...] os anciões que prudentemente perpetuam o legado étnico cultural repassado como herança

pelos seus pais e avós. Pelo cultivo da tradição oral um cabedal de crenças e valores [...] junto às práticas cotidianas de cada aldeia esses conhecimentos, transmitidos oralmente, contribuem na formação da construção dos saberes nas práticas da EJA indígena.

A tradição oral dos povos originários mantém viva as suas culturas, contribuindo significativamente com a construção da identidade dos indígenas mais jovens, desse modo, a EJA indígena reconhece os anciões como sujeitos essenciais na sua prática, considerando a existência de saberes sobre a cultura indígena que não são encontrados nos livros. São conhecimentos próprios da tradição indígena, adquiridos por meio de experiências e práticas que constituem princípios da educação de jovens e adultos indígenas (SILVA, 2019).

Geertz em sua obra clássica *A interpretação das culturas* (1978), aponta que as práticas de deslocamento são, por conseguinte, constituídas e constituintes de significados identitários, ao possibilitar nos espaços fronteiriços a seleção, (re) apropriação e (re) significação de novos signos culturais.

Nesse diálogo, as obras analisadas nesta investigação são unânimes ao colocar o espaço multicultural da educação de jovens e adultos indígenas enquanto espaço propício para assegurar o fortalecimento da pluralidade cultural e da identidade desses povos, o que é essencial para revelar narrativas ilusoriamente homogêneas que silenciam e cristalizam identidades diversificadas, híbridas, dinâmicas, heterogêneas, atravessadas pelos deslocamentos locais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao ponto final, destacando que esta investigação serviu para corroborar na afirmação da educação de jovens e adultos indígenas enquanto espaço de legitimação dos saberes tradicionais, de luta e de diálogo para a garantia de direitos, de fortalecimento das identidades, de preservação das culturas étnicas. Neste sentido, pode-se concluir que a questão problema aqui posta encontra como resposta a confirmação de que as tessituras entre cultura, identidade e a EJA indígenas colaboram significativamente na construção de projetos futuros e no empoderamento desses sujeitos.

Historicamente, a educação de jovens e adultos indígenas reverberou em processos de opressão e múltiplas violências, tendo em vista que a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação coloniza saberes, culturas e corpos, arquitetando a relação entre a dominação econômica, política e cultural, subalternada, através da hierarquização dos saberes e identidades. Por isso, a educação de jovens e adultos indígenas deve salientar a necessidade de relações educacionais focadas no respeito à identidade cultural frente à diversidade dos povos indígenas, fazendo-se necessário compreender que a diversidade implica na pluralidade étnica e convida ao exercício intercultural.

Fundamentos legais e referências bibliográficas apontam que a interculturalidade deve considerar a diversidade cultural imbricada no processo de aprendizagem na educação de jovens e adultos indígenas, abordando valores, saberes tradicionais e práticas das múltiplas etnias, assegurando o direito à educação diferenciada ao longo da vida, ao conhecimento e ao acesso a tecnologias relevantes para o processo de interação e participação cidadã na sociedade contemporânea. Através desse olhar, percebemos que a mesma se apresenta como potente conquista no âmbito das práticas educacionais para o reconhecimento dos povos indígenas e sua autonomia, bem como ao direito a uma educação diferenciada e de qualidade.

No decurso desta pesquisa ficou evidente que cultura e identidade mais que abordadas no contexto da EJA indígena, figuram como elementos fundamentais. Assim, compreendemos que a

EJA aplicada aos povos indígenas perpassa gerações de jovens, adultos e mestres anciões, percebendo nesse sentido, que o estudo dos processos culturais e identitários e das aprendizagens desses povos estão impregnados de tradição e ancestralidade. Em síntese, essa pesquisa revela que a educação de jovens e adultos indígenas é espaço de valorização e reconhecimento da cultura e de fortalecimento das identidades étnicas, que visa assegurar a construção de projetos futuros.

Aspirando ser uma contribuição efetiva no sentido de conferir ainda maior visibilidade a causa, sendo a produção científica espaço propício em sentido e significado acadêmico e social. Desse modo, esperamos que esse trabalho contribua de modo efetivo para este segmento, fomentando novos debates e práticas sobre o tema, oportunizando insumos e ampliando a consciência crítica de que a escolarização de jovens e adultos indígenas têm em suas perspectivas não só a alfabetização ou ensino de coisas, mas, o educar para a liberdade, para a emancipação e para o movimento de resistência, afirmação das identidades e culturas e empoderamento desses sujeitos.

CULTURE AND IDENTITY IN THE EDUCATION OF INDIGENOUS YOUTH AND ADULTS

Abstract: this work about the thematic culture and identity in the Education of Indigenous Youth and Adults. The analyzes are based in two objectives: to analyze the existing structure between culture, identity and EJA in the indigenous context; investigate how contemporary theoretical production relates culture and identity in the context of indigenous EJA. We chose the qualitative approach with bibliographic research as a methodological procedure for investigation. We observed in the results that EJA in the indigenous context constitutes itself as a legitimation space of traditional knowledge, of fight to guarantee rights, to strengthen identities, to assert and preserve ethnic cultures, collaborates significantly in the construction of future projects and in the empowerment of these subjects.

Keywords: Education of indigenous youth and adults. Culture. Identity.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O método nas ciências sociais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- ARAÚJO, Rosilene Cruz. Educação escolar indígena: breve histórico e perspectiva. In: CÊSAR, América Lúcia Silva; COSTA, Suzane Lima (orgs.). *Pesquisa e escola: experiências em educação indígena na Bahia*. Salvador: Quarteto, 2013.
- ASSUMPÇÃO, Jéssica Lícia; NASCIMENTO, Mariana Bandeira; LIRA, Regina Wagner Cizerio. Experiência de estágio e docência na educação de jovens e adultos: trabalhando com a temática educação escolar dos povos indígenas de Santa Catarina. *Revista Sobre tudo*: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 71-102, 2019. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sobretudo/article/viewFile/3497/2774>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BANIWA, Gersem. Os desafios da educação indígena intercultural no Brasil: avanços e limites na construção de políticas públicas. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palloti, 2012. p. 69-88.
- BARCELLOS, Lusival. *Práticas educativo-religiosas dos potiguaras da Paraíba*. João Pessoa: FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 183-197, 2020.

Editora da UFPB, 2012.

CALDEIRA, Elaine; BRITO, George Lauro Ribeiro. Educação na diversidade: a importância do espaço escolar no fortalecimento de identidades étnicas. *Revista Eixo - Dossiê: Educação em tempos de incerteza*, Brasília-DF, v. 8, n. 3, p. 123-132, 2018. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/644>. Acesso em: 03 dez. 2019.

CARVALHO, Maria Rosário de. Os índios pedem passagem. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 59, n. 2, p. 29-31, jun. 2007.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: *Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622015000200197. Acesso em: 01 dez. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; VIGANO, Samira de Moraes Maia. A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. *EJA em debate*, v. 18, n. 7, p. 05-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2105>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palloti, 2012. p. 37-65.

PAIM, Elison Antonio; PEREIRA, Pedro Mulbersted. Uma experiência com educação intercultural indígena: entrevista com a professora Joziléia Daniza Kaingang. *Roteiro*, Joaçaba, v. 44, n. 1, p. 01-10, 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/>

article/view/16997. Acesso em: 03 dez. 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o Sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2018.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. O resgate cultural como valor: reflexões antropológicas sobre a formação de professores indígenas. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, Rita Natalia Batista da; SILVA, Deijalsina Gonçalves da; UREBETE, Oscar araiwe. rcultural: analisando aspectos da realidade docente. *Revista Panorâmica*, Mato Grosso, v. 1, Edição Especial, p. 85-97, 2019. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/issue/view/43/showToc>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Maria Alda Tranquelino da; LOPES DA SILVA, Eduardo Jorge. Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. *Roteiro*, Joaçaba, v. 44, n. 2, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17496>. Acesso em: 04 dez. 2019.